



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 061/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 11074/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itacoatiara.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. Mamoud Amed Filho, Prefeito Municipal e ordenador de despesa, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** Informação Conclusiva nº 30/2015 – DICAMI (fls. 2527/2574).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 191/2015-MPC/EMFA (fls. 2577/2582) e Parecer nº 202/2015, da Procuradora de Contas Dra. Elissandra Monteiro Freire Alves.
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Itacoatiara a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, referente ao exercício 2013, de responsabilidade do Sr. Mamoud Amed Filho, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I e artigo 29 da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 5º, I, e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, II, da Resolução nº 04/02 (Regimento Interno TCE-AM).

- 10- **Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 28 de outubro de 2015.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 061/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 061/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 061/2015)

1- **Processo TCE nº 11074/2014.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

4- **Exercício:** 2013.

5- **Responsável:** Sr. Mamoud Amed Filho, Prefeito Municipal e ordenador de despesa, à época.

6- **Unidade Técnica:** Informação Conclusiva nº 30/2015 – DICAMI (fls. 2527/2574).

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 191/2015-MPC/EMFA (fls. 2577/2582) e Parecer nº 202/2015, da Procuradora de Contas Dra. Elissandra Monteiro Freire Alves.

8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2013.

Contas regulares com ressalvas. Recomendação e Determinações à origem e à próxima Comissão de Inspeção. Quitação ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 – JULGAR REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, relativas ao exercício de 2013, sob responsabilidade do Sr. Mamoud Amed Filho, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

9.2 - DETERMINAR à origem que sejam tomadas as providências mencionadas nos itens 2, 6, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, da Informação Conclusiva nº 30/2015, sob pena de aplicação das sanções legais;

9.3 - DETERMINAR à próxima Comissão de Inspeção que verifique se todas as subações e produtos constantes no cronograma instituído pelo Decreto nº 393, de 17/05/2013 foram implementadas, conforme asseverou o chefe do Poder Executivo do Município de Itacoatiara por ocasião da defesa ref. às contas de 2013.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 061/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 061/2015)

9.4 - RECOMENDAR a Prefeitura Municipal de Itacoatiara o fiel cumprimento dos questionamentos apontados na Informação Conclusiva nº 30/2015, itens 5, 7, 23, 34, 36, 38, 39, 47, 50, 51 e 52.

9.5 - Dar quitação ao responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

Registre-se que não foi acolhido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, quanto à aplicação de multa ao responsável pelo atraso na remessa das informações ao ACP nos meses de janeiro a dezembro.

10- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 01C86F-AA-41FDD8B57-E789F223-B77F63E7